

Paranoá ainda é uma invasão

Quando a idéia de erguer uma cidade no Planalto Central saiu do papel e começou a tomar os contornos do que é Brasília hoje, os operários iniciaram também a formação de uma favela que, 32 anos depois, se tornaria o centro de discussões entre entidades comunitárias, parlamentares, Governo, ambientalistas e empresários da construção civil. A um passo de conseguirem o assentamento definitivo da Vila Paranoá, os moradores da invasão esbarram na necessidade legal de evitar a destruição do meio ambiente.

Há 15 dias, estava assegurada a distribuição de 500 lotes de 152 m². A verba de NCz\$ 700 mil fora liberada e a Associação dos Moradores da Vila Paranoá estava organizando uma grande festa para homenagear o governador Joaquim Roriz. Calculava-se resolver também o problema das famílias residentes nas vilas Santo Antônio e Piauí, e nas invasões dos lagos Sul e Norte. Seria necessário, então, aumentar o polígono de assentamento, estendendo a área até a floresta de Pinus, pertencente à Proflora.

Os 45 mil habitantes seriam fixados em quatro meses. Mas o grito de alerta do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), confirmando a necessidade de realização do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), adiou novamente a obra. Em carta encaminhada ao governador Joaquim Roriz, ele coloca-se favorável à regularização da favela, mas cita o artigo 225, parágrafo I, item IV, da Constituição Federal, para exigir as precauções do ponto de vista ambiental.

Angustiados diante da possibilidade de mais uma vez perderem a oportunidade do assentamento — o processo de análise poderá se estender ao ponto de ultrapassar a administração de Roriz, que encampou a causa — os moradores do Paranoá declararam guerra aos opositores da "fixação já". Com o apoio do assessor do Governo para assuntos de habitação, William Cavalcante de Oliveira, foi iniciada a ofensiva.

Pressionado por entidades de moradores dos lagos Sul e Norte, por parlamentares, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e o conselho de técnicos do próprio Governo, Joaquim Roriz decidiu convocar uma reunião, onde se buscaria um consenso. Mas, depois de três horas de debate caloroso, ficaram patentes as divergências.

A saída foi formar uma comissão para elaborar uma proposta consensual de assentamento. Ela será composta por representantes de todos os segmentos envolvidos no processo. Roriz cedeu diante do parecer técnico que demonstrava ser a área em questão prioritária para o meio ambiente de Brasília. Ficou acertada a realização do Rima, com a promessa de sua conclusão em 30 dias, sob os cuidados de uma empresa particular.

Segundo o professor Jorge Gomes do Cravo Barros, do departamento de Geoquímica e Recursos Minerais da UnB, se não houver adequada rede de tratamento de esgotos (a custo elevadíssimo), a poluição do lago Paranoá e, por tabela, do rio São Bartolomeu, seria inevitável, com consequências desastrosas para o equilíbrio ambiental da região. Até segunda ordem, as 12 mil famílias da Vila continuam à espera da fixação.

A comunidade, que comemoraria com festa os 32 anos de existência da vila, completados ontem, cancelou a programação, preparada para agradecer ao governador. Em vez de festa, abateu-se sobre os 45 mil habitantes um clima de frustração, pois, sob o pretexto de que a remoção viria imediatamente, nenhum dos problemas graves de infra-estrutura foi resolvido. Contudo, a existência de uma administração, ao estilo das satélites, deu certa tranquilidade aos moradores.